

A valorização dos profissionais de uma escola do campo, localizada em um assentamento de reforma agrária

NATÁLIA MENIN DA SILVA

Universidade de São Paulo | natimeni@gmail.com

JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO

Universidade de São Paulo | jmpinto@fclrp.usp.br

Resumo

Principalmente graças às ações dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, houve um grande aumento de interesse em relação às políticas de educação para o campo no Brasil. O objetivo deste estudo compreende identificar as demandas de melhoria da escola por parte da equipe escolar na perspectiva de se obter o custo aluno-qualidade de uma escola do campo. Assim, foram discutidos os insumos importantes para garantir qualidade, em especial os relativos à remuneração, na visão dos professores e funcionários, na perspectiva de se construir o CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial) dessa escola. Os resultados das análises apontaram para a necessidade de mais investimento quanto aos salários dos professores e de outros profissionais da escola. Em virtude disso, foi estabelecido qual deveria ser o gasto mínimo por aluno ao ano, com base nas demandas salariais, segundo o ponto de vista dos professores e funcionários. Como as visões foram diferentes, chegou-se a dois valores do CAQi dessa escola do campo: R\$ 7.378,00 por aluno-ano segundo os funcionários e R\$ 11.080,00 segundo a ótica dos professores. Esse maior valor atribuído pelos professores decorreu de uma demanda de salários para toda a equipe escolar mais alta àquela exposta pelos funcionários, considerando também toda a equipe escolar. Estes valores estão bem acima do CAQi construído pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e transformado no Parecer CEB/CNE nº 8/2010, cujo valor seria de R\$ 5.248,00 e muitas vezes acima do valor do Fundeb para os anos iniciais do Ensino Fundamental (Rural) que é de R\$ 3.671,00. Assim, os resultados apontam para a necessidade de se ampliar os valores disponibilizados pelo Fundeb para que seja possível se obter uma escola do campo de qualidade. Fica evidente também que o custo mais elevado da escola do campo em relação à sua congênere urbana decorre da menor razão alunos/turma e do seu tamanho menor, o que aumenta seus custos fixos.

Palavras chave: Custo qualidade; Educação do Campo; Financiamento da educação do campo.

The school staff's valorization in a rural school, located on an agrarian reform settlement

Abstract:

Mainly because the actions of social organization struggling for agrarian reform, there was a great increase of interest in relation to education policies for the rural areas in Brazil. This study aims to identify the school improvement demands by the school staff in view of obtaining the rural school's student-quality cost (CAQ). Important inputs were discussed to ensure quality, in particular those relating to earnings, according to the perception of all the staff (teachers and other school workers) facing to build the CAQi (Initial Student-Quality Cost) of this school. The results indicated the necessity for more investment in all the staff's salaries. Because of this, it was established what should be the minimum spending per student per year, based on wage demands, from the point of view of teachers and staff. As visions were different, we come up to two CAQi of this rural school: R\$ 7,378.00 per student-year according to staff and R\$ 11,080.00 from teachers' perspective. This highest assigned by teachers came from a higher demand for wages. These values are really above the CAQi built by the National Campaign for the Right to Education and transformed into the Legal Opinion CEB / CNE nº 8/2010, whose value would be R\$ 5,248.00 and often above Fundeb value to primary education (Rural) which is R\$ 3,671.00. Thus, the results point to the need to expand the values provided by Fundeb in order to obtain rural school's quality conditions. It is also evident that the higher cost of the rural school relative to urban schools due to the lower ratio students/class and its smaller size, which increases their fixed costs.

Keywords: Student-quality cost; Rural education; Rural education financing.

La valorización de los profesionales de una escuela del campo, localizada en un asentamiento de reforma agraria

Resumen:

Principalmente gracias a las acciones de los movimientos sociales que luchan por la reforma agraria, se produjo un gran aumento de interés en relación con las políticas de educación rural en Brasil. Este estudio comprende la identificación de las demandas de mejora de la escuela en la perspectiva del personal de la escuela con vistas a obtener la relación costo-calidad de los estudiantes de una escuela rural. Así que se discutieron los insumos importantes para asegurar la calidad, en particular las relativas a salarios, en la opinión de maestros y de otros trabajadores de la escuela con el fin de construir el CAQI (Costo Alumno-Calidad Inicial) de esta escuela. Los resultados indicaron la necesidad de una mayor inversión en los salarios de los maestros y de los otros personales escolares. Como resultado, se estableció lo que debe ser el mínimo gasto por estudiante por año, en base a las demandas salariales, desde el punto de vista de los que trabajan en la escuela. Como las visiones eran diferentes, llegamos hasta dos valores de CAQI: R\$ 7,378.00 por alumno-año de acuerdo a los demás trabajadores de la escuela y R\$ 11,080.00 desde la perspectiva de los docentes. Este valor mas alto asignado por los docentes tiene que ver con una demanda superior por salarios. Estas cifras están más elevadas del CAQI construido por la Campaña Nacional por el Derecho a la Educación y se transformado en el dictamen CEB / CNE nº 8/2010, cuyo valor sería de R\$ 5,248.00 y, aún mas arriba del valor Fundeb para la educación primaria (Rural), que es de R\$ 3,671.00. Por lo tanto, los resultados apuntan a la necesidad de ampliar los valores proporcionados por Fundeb para que se pueda obtener una escuela rural de calidad. También es evidente que el mayor costo de la escuela de campo en relación a su contraparte urbana es debido a la baja relación de alumnos/clase y su menor tamaño, lo que aumenta sus costos fijos.

Palabras-clave: Costo alumno calidad; Educación rural; Financiamiento de la educación rural.

A busca por uma educação de qualidade é um tema de grande importância para a sociedade brasileira. Embora seja tema em disputa, é inegável que a qualidade da educação está diretamente ligada a fatores como infraestrutura e equipamentos adequados, garantia de acesso e permanência na escola, valorização dos profissionais da educação com a garantia de melhores condições salariais e de trabalho.

Como não poderia deixar de ser, alcançar uma educação de qualidade é um enorme desafio. Nas escolas urbanas esse tema permeia as discussões há muito tempo e ainda sim há muito a ser feito para se garantir uma qualidade minimamente aceitável. Já nas escolas do campo, a situação é ainda mais grave em virtude de muitas delas não terem o mínimo de recursos e infraestrutura, como muitos estudos mostram.

Diante desse quadro, o presente estudo busca analisar o funcionamento de uma escola do campo localizada em um assentamento de reforma agrária, identificando as demandas de qualidade da comunidade escolar e local e avaliando o impacto dessas demandas no custo-aluno.

Dados sobre a educação do campo indicam que são grandes os desafios quantitativos e qualitativos para que a população que vive no campo tenha acesso a uma educação de qualidade. Assim, a presente pesquisa busca identificar quais são as condições de oferta de ensino em uma escola de assentamento de reforma agrária e, a partir da consulta a sua comunidade escolar, construir o esboço do que seria uma escola de qualidade para o campo e verificar o seu custo-aluno. A pesquisa foi feita levando em conta aspectos apontados como significativos para a qualidade pela equipe escolar.

Discussão sobre qualidade na escola

Ao trazer como proposta a discussão do CAQi (Custo-Aluno-Qualidade inicial) para esta escola do assentamento, tentou-se estabelecer um patamar mínimo de qualidade, ponto de partida para alcançar à qualidade que todos buscam. Para tanto, foi adotado como referencial a discussão de diferentes insumos na tentativa de assegurar o bom funcionamento de uma escola, assim como prevê a LDB (lei 9.394/1996) em seu art. 4, inciso IX, como foi mencionado acima, tentando estabelecer um *padrão mínimo de qualidade do ensino*.

Apesar de estar na LDB a garantia de padrões mínimos de qualidade, a lei não faz referência sobre qual seria a quantidade mínima a ser investida na educação. Uma coisa, contudo, é certa, os atuais gastos não têm garantido uma educação de qualidade. Portanto, é preciso mais investimento.

Se compararmos os custos de uma escola urbana com aqueles de uma escola do campo, esses últimos tendem a ser bem maiores. Isso pode ser explicado por dois motivos. O primeiro diz respeito ao tamanho, pois em geral, as escolas do campo são pequenas, o que tende a aumentar os custos fixos (CARREIRA; PINTO, 2007). O outro diz respeito aos gastos com professores por aluno, pois a razão de aluno por turma geralmente é muito pequena nas escolas rurais. O custo/aluno de um professor que leciona para uma turma média de oito alunos, que é o caso desta escola Vila dos Girassóis, é bem mais elevado do que o de um professor que leciona em uma escola típica urbana, que chega a uma média de 30 alunos por turma. Talvez isso explique a grande marca das escolas no campo: turmas multisseriadas, com vários alunos de diferentes idades e etapas de ensino numa mesma sala de aula e um único professor lecionando. Esse tipo de organização é uma forma de reduzir os custos. Por isso a grande dificuldade de implantar e manter uma escola do campo nos moldes aqui apresentados, como é o caso da escola do assentamento Vila dos Girassóis, que, mesmo assim, apresenta uma turma multisseriada na pré-escola. Nos demais anos, há um docente para cada turma.

Organização e custos da escola Vila dos Girassóis

Para melhor compreender como é a organização desta escola para fins de estabelecer o custo do aluno por ano, na tabela abaixo é apresentada a razão de alunos por turma, números de professores, além das jornadas dos professores, alunos e funcionários.

Tabela 1- Dados gerais de pessoal e alunos da escola Vila dos Girassóis

Total de turmas	8
Alunos/turma	11.37
Total de alunos	91
Jornada do aluno (h/semana)	22.5
Jornada total de professor (h/semana)	30
Jornada professor especialista	30
Jornada do professor c/alunos (h/semana)	22.5
Jornada demais funcionários- cozinheira, serviços gerais, motorista e secretária (h/semana)	40
Total de Professores	10
Total de Funcionários	5
Equipe de apoio pedagógico (Diretor e Coordenador Pedagógico)	2

Fonte: Dados da escola e Censo Escolar 2013

Os dados permitem observar de que se trata de uma escola pequena, com um número não muito grande de aluno. De toda forma, ela possui, pelo menos, o dobro de alunos da maioria das escolas rurais do Brasil, o que se explica por ser uma escola de assentamento com uma densidade populacional maior. O número de alunos por turma também é pequeno e há um professor para cada ano (com exceção da pré-escola), o que evidencia, já de antemão, que os custos não serão baixos, como já foi mencionado acima.

Cabe comentar que não foi possível aferir, na composição dos custos, os valores reais que o município gasta com **bens e serviços**, que são os valores de custo com água e luz, material de escritório e material de limpeza. Esses dados não foram obtidos, pois a Secretária de Educação do município, que gentilmente forneceu os outros dados, não tinha esses valores específicos para cada escola do município. No entanto, com base em outros estudos, eles foram estimados em quinze por cento do valor total.

Por ser o gasto com profissionais do ensino o insumo de maior impacto nos custos e na qualidade da educação, iniciou-se por apresentar os custos reais da escola, para melhor entender seu funcionamento e quanto os cofres públicos gastam com isso. Para análise do custo, também foram levados em consideração os custos com o transporte escolar e alimentação.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. No ano de 2013, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a

etapa de ensino, sendo elas: creche: um real; pré-escola: cinquenta centavos; ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: trinta centavos.

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, levando em consideração o censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. No ano de 2013 o orçamento previsto foi de R\$ 3,5 bilhões para atender 43 milhões de estudantes da educação básica, além de jovens e adultos. De acordo com Lei 11.947 de 2009, 30% desse valor deve ser usado na compra de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2013).

Quanto ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, em que a finalidade é a garantia do acesso e a permanência na escola dos alunos do ensino fundamental público que vivem em área rural. A assistência financeira acontece em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. Atualmente o programa atende toda educação básica aos que residem no campo.

Com a conquista da escola no assentamento (a partir de 2011), os alunos da pré-escola, ensino fundamental I (1º ao 5º ano) e educação de jovens e adultos não são mais transportados para escolas urbanas, pois estudam nesta escola. No entanto, dadas as grandes distâncias dentro do assentamento os alunos são atendidos pelo transporte escolar, que percorre todo assentamento durante a ida e volta para casa, em todos os períodos como já mencionamos anteriormente. Isso acaba impactando nos custos desta escola, pois há o gasto com pagamento de funcionário, neste caso o motorista, e também o gasto de combustível e manutenção dos veículos.

Feitas essas considerações, a seguir são apresentados os gastos estimados para esta escola.

Tabela 2- Gasto/ano estimado da escola Vila dos Girassóis

	Quantidade	Salário / Mês (R\$)	Extra (ticket) (R\$)	Gasto/ ano (R\$)
Equipe				
Professores	8	1.215,00	350,00	200.270,00
Professor especialista- Ed. Física*	1	612,58	171,11	12.535,91
Professor especialista- Artes*	1	566,89	155,56	11.396,35
Direção	1	2.312,00	350,00	42.581,00
Assessora pedagógica	1	2.220,00	350,00	41.110,00
Secretaria	1	678,00	350,00	16.444,00
Serviços gerais	1	678,00	350,00	16.444,00
Total equipe escolar =				340.781,02
Transporte				
Motorista	1	678,00	350,00	16.444,00
PNATe	91	-	-	11.315,85
Total transporte =				27.760,15
Alimentação				
Cozinheiras	2	678,00	350,00	32.887,78
Alimentos Ed. Infantil	16	0,30	-	960,00
Alimentos E. Fundamental	75	0,50	-	7.500,00
Total Alimentação =				41.347,78
Outros gastos (estimados = 15% do total) =				72.333,27
Gasto total =				482.221,81
Gasto-aluno/ano =				5.299,14

Fonte: Secretária Municipal do município em que foi realizado o estudo.

Obs:

* Os professores especialistas ganham um salário mensal de R\$1253,00 para lecionar 30 horas semanais, aí incluída a hora atividade. O professor de educação física leciona onze aulas por semana e o professor de artes 10 aulas semanais. Em virtude disso, o salário dos professores especialistas foi contabilizado considerando as horas trabalhadas nesta escola do campo em relação à jornada total, na qual estimou-se 7,5 horas/semana de hora atividade de forma análoga ao professor regente. Para se chegar ao valor do gasto com salário ano multiplicou-se o salário mensal por 13,33 (para incluir 1/3 de férias e o 13º) e acresceu-se 20% relativos aos encargos patronais da prefeitura.

** O cálculo feito com base em 200 dias letivos, tendo como base os valores por aluno/dia repassados ano de 2013.

Tomando como base o gasto total da escola, o resultado que se tem é que apesar dos salários serem baixos, este é o item de maior impacto nos cofres públicos, visto que além da razão de alunos por professor ser pequena, a gestão dentro desta escola é feita por duas pessoas, impactando ainda mais no orçamento.

Se for levado em consideração somente o gasto com pagamento de salário de professores, este representa 46,5% do gasto total com a escola, o que evidencia que este é um dos maiores itens de despesa.

O gasto com o pessoal de gestão da escola (coordenação pedagógica + direção) representou 17% do total, enquanto a despesa com os demais funcionários (cozinheiras + serviços gerais + motorista + secretária) representou 17% do total gasto. Ao fazer um comparativo com o gasto total da escola, levando em consideração o transporte escolar, alimentação e os outros gastos (15% do total), o gasto com o pessoal representou 81% do total investido na escola por ano, ou seja, o pagamento dos salários é o item que mais pesa no financiamento da educação.

Cabe aqui ressaltar o peso dos gastos com a equipe de gestão escolar, que representam 17 % do total; um índice expressivo. Isso se explica pelo fato da escola ter relativamente poucos alunos e porque o salário desses profissionais é quase que o dobro dos professores, o que decorre também de sua maior jornada.

A condição salarial em uma escola de qualidade

Um dos grandes empecilhos à educação de qualidade, em geral, refere-se à condição salarial dos professores. Como os gastos com pessoal respondem por cerca de 81% dos custos educacionais desta escola, pagar bons salários gera um impacto significativo nos orçamentos estaduais ou municipais como já apontavam os estudos na área (PINTO, 2000).

É de longa data que os professores lutam por melhores condições salariais, evidenciando a pouca valorização da profissão, visto que a conquista de um piso salarial é recente na história brasileira.

A demanda por melhores salários resultou na lei do piso salarial, aprovada em 16 de julho de 2008 (Lei nº 11.738), que instituiu um piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, em cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal, no artigo 60, inciso III, alínea e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Esta lei estabelece em seu artigo 2º:

O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal.

Em 2013, o Ministério da Educação publicou um reajuste do piso salarial do magistério em 7,97%, conforme determina o artigo 5º da Lei nº 11.738: “O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009”. O valor para o ano de 2013 foi de R\$ 1.567,00, o que representa um aumento da remuneração mínima do professor de nível médio com jornada de 40 horas semanais (BRASIL, 2013).

Além disso, a Lei do Piso previa uma adaptação gradual de estados e municípios à remuneração dos professores, além de suplementação da União, em caso de necessidade. Esta suplementação até hoje não ocorreu, o que tem gerado críticas de estados e municípios.

Além da definição do piso, a lei trata também da hora atividade, uma questão central quando se discute qualidade de ensino. Assim, no parágrafo 4º do art. 2º, ela determina o cumprimento de no máximo dois terços da carga horária do magistério em atividades em sala de aula: “Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”.

Com base ao que foi exposto, pode-se fazer um comparativo com a real situação dos professores desta escola em que foi realizado o estudo. Os dados da escola revelam algumas precariedades em relação a esse assunto.

Nesta escola do campo, os professores cumprem com 30 horas semanais de trabalho, sendo 22,5 delas em sala de aula com os alunos. Depreende-se desta afirmação, portanto, que eles não têm cumprido o que está na lei, excedendo o limite máximo de dois terços em *interação* com os alunos. Como indicador de qualidade, dedicar tempo aos estudos e planejamento de atividades é algo essencial na carreira docente.

Por outro lado, quando a questão é a condição salarial, a conversa muda de figura. O baixo salário reflete diretamente na atividade desempenhada pelo professor, refletindo em certo desencanto com a profissão docente, principalmente em se tratando de uma escola do campo. Pois, segundo os docentes entrevistados, além de o salário ser baixo, eles não recebem um adicional para o transporte, visto que o assentamento não está localizado próximo à cidade. Com isso, uma parte do salário acaba ficando nas estradas, pois além de gastarem com combustível, ainda há o gasto com a manutenção do veículo, pois a prefeitura não fornece um transporte exclusivo aos funcionários da escola. Para reduzir esse custo, o que eles podem fazer é pegar uma carona com o transporte que leva os alunos para a escola do assentamento, no entanto, o horário de saída é muito cedo, pois o transporte precisa percorrer todo o assentamento. Assim, os professores acabam por ir com veículo próprio. No caso dos especialistas também não existe a opção de usar o transporte dos alunos considerando que cumprem uma jornada parcial na escola.

O baixo salário é, sem dúvida, um condicionante da qualidade do ensino. Essa foi uma constatação geral entre os professores e funcionários.

Dada à importância dos profissionais da educação na construção de uma escola de qualidade, foi perguntado aos professores e funcionários qual seria a quantia justa a ser recebida para promover e garantir um ensino com condições mínimas de qualidade. Deve-se lembrar que foi adotado como critério para alcançar a referida qualidade o regime de dedicação exclusiva, visto que os professores poderiam se dedicar apenas a esta escola e alunos, contribuindo para sua própria valorização profissional.

Quando questionados sobre salários e valorização profissional, o corpo docente revelou que se recebessem R\$ 3.500,00 por mês, este valor seria condizente para uma prática de dedicação exclusiva, além de possibilitar maior investimento em si, através de estudos.

Quanto ao salário dos demais funcionários, ainda sob a ótica dos professores, que não conhecem o real salário deles, estimaram que R\$ 1.500,00 seria uma boa quantia para exercerem suas funções, levando em consideração a prática de quarenta horas semanais. Segundo a professora Raquel “os funcionários deveriam ganhar, no mínimo, mil e quinhentos reais, porque o trabalho deles é muito”. As outras professoras concordaram, não houve nenhuma objeção. Ainda segundo as professoras, os salários da assessora e da diretora¹ deveriam ser de quatro mil reais, para cada profissional, tendo em vista as funções exercidas. Cabe comentar o fato das docentes considerarem razoável uma diferença superior a duas vezes entre seus próprios salários e o dos funcionários não docentes da escola, indicando uma certa naturalização da desigualdade que marca o país.

Essa mesma discussão foi feita com os funcionários da escola. Para eles, um mil reais seria uma quantia justa pelo salário que exercem e, para os professores, dois mil reais também seria um valor razoável, segundo opinião dos funcionários.

O que os funcionários estão pedindo é um aumento que não pesaria tanto aos cofres públicos, algo possível de se concretizar, resultando em melhorias no trabalho exercido por eles, pois como já foi mencionado anteriormente, a questão salarial é o ponto chave para alcançar uma educação de qualidade. A demanda por melhores salários por parte dos funcionários parece ser mais modesta em relação ao pedido dos professores, que fizeram uma grande diferenciação quanto ao salário que cada profissional deveria receber; sendo que o deles deveria ser muito maior em relação aos outros funcionários, pois são formados. Como foi mencionado anteriormente, o professor deveria receber R\$ 3.500,00 para trabalhar trinta horas semanais e os demais funcionários R\$ 1.500,00 para quarenta horas semanais.

O CAQi da escola Vila dos Girassóis

Após a exposição do custo estimado da escola e a leitura dos relatos com relação ao salário ideal, são apresentadas as propostas de construção do CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial), segundo a ótica dos funcionários e professores, respectivamente. Para tanto, tomou-se como referência o número de profissionais e os salários indicados nas discussões como o desejável.

Dessa maneira, foi proposta uma discussão sobre os padrões mínimos que esta escola deveria ter para alcançar uma educação de qualidade, sob o ponto de vista dos professores e funcionários. As demandas dos pais e alunos relativas a uma educação de qualidade, como se sabe, já foram discutidas no capítulo quatro.

Para fazer o cálculo de quanto o professor especialista ganharia para dar aula no campo, foi estimado o mesmo valor da hora aula que o professor do ensino fundamental ganharia.

Para fazer a comparação entre o gasto real e o estimado pelos funcionários e professores são apresentados dois cenários: a) custo sob o ponto de vista dos funcionários e, b) custo sob a perspectiva dos professores.

¹ O cargo foi criado recentemente. Desde o início da coleta de dados não havia uma diretora na escola, somente a assessora pedagógica. Ele foi criado como cargo de confiança, visto que a professora que o assumiu não faz parte do quadro de professores efetivos, ou seja, não é concursada.

Tabela 3- Custo/ano ideal para os demais funcionários²

	Quantidade	Salário / Mês	Extra (ticket)	Custo / ano
		(R\$)	(R\$)	(R\$)
Equipe				
Professores	8	2.000,00	350,00	30.724,80
Professor Ed. Física	1	977,77	171,11	18.377,48
Professor Artes	1	888,88	155,56	16.706,86
Direção	1	3.000,00	350,00	53.586,60
Assessora pedagógica	1	3.000,00	350,00	53.586,60
Secretaria	1	1.000,00	350,00	21.594,60
Serviços gerais	1	1.000,00	350,00	21.594,60
Total equipe escolar =				486.171,55
Transporte				
Motorista	1	1.000,00	350,00	21.594,60
PNATe	91	-	-	11.315,85
Total transporte =				32.910,60
Alimentação				
Cozinheiras	2	1.000,00	350,00	43.189,20
Alimentos Ed. Infantil	16	0,30	-	960,00
Alimentos E. Fundamental	75	0,50	-	7.500,00
Total Alimentação =				51.649,20
Outros gastos (estimados = 15% do total) =				100.717,27
Custo total =				671.448,47
Custo / aluno / ano =				7.378,55

Obs.1: Cálculo feito com base em 200 dias letivos.

Obs.2: Cálculo feito no início de 2013.

Já na tabela 4, a seguir é descrito o montante anual gasto com pagamento de salários sob a perspectiva dos professores.

2 A escola possui duas auxiliares de serviços gerais, uma cozinheira, uma secretária e o motorista do transporte escolar. No entanto, foram declaradas duas cozinheiras, devido a auxiliar de serviços gerais dedicar maior tempo à cozinha. Essa lógica não influencia o cálculo do custo.

Tabela 4 - Custo/ano ideal para os professores

	Quantidade	Salário / Mês	Extra (ticket)	Custo / ano
		(R\$)	(R\$)	(R\$)
Equipe				
Professores	8	3.500,00	350,00	492.676,80
Professor Ed. física	1	1.711,11	171,11	30.107,99
Professor Artes	1	1.555,55	155,56	27.370,92
Direção	1	4.000,00	350,00	69.582,60
Assessora pedagógica	1	4.000,00	350,00	69.582,60
Secretaria	1	1.500,00	350,00	29.592,60
Serviços gerais	1	1.500,00	350,00	29.592,60
Total equipe escolar =				748.506,11
Transporte				
Motorista	1	1.500,00	350,00	29.592,60
PNATe	91	-	-	11.315,85
Total transporte =				40.908,45
Alimentação				
Cozinheiras	2	1.500,00	350,00	59.185,20
Alimentos Ed. Infantil	16	0,30	-	960,00
Alimentos E. Fundamental	75	0,50	-	7.500,00
Total Alimentação =				67.645,20
Outros gastos (estimados = 15% do total) =				151.245,84
Custo total =				1.008.305,60
Custo / aluno / ano =				11.080,28

Obs.1: Cálculo feito com base em 200 dias letivos.

Obs.2: Cálculo feito no início de 2013.

Em todos os casos, os custos com pagamento de salários são os insumos de maior impacto no financiamento da educação.

A tabela 5 oferece uma comparação entre custo-aluno estimado da escola, comparando-o com o custo-qualidade inicial segundo a ótica dos professores e dos funcionários. Nela também incluem-se o valor disponível do Fundeb para Ensino Fundamental I (Educação do Campo) em seu valor mínimo nacional e para o Estado de São Paulo estimado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e aprovado pelo CNE.

Tabela 5 - Comparativo de valor gasto por aluno/ano (R\$)- 2013³

Custo estimado	Custo segundo a ótica dos professores	Custo segundo a ótica dos funcionários	Fundeb Campo (mínimo)	Fundeb Campo (São Paulo)	CAQi (campo)
5.299,14	11.080,28	7.378,55	2.580,27	3.635,45	5.403,00

Com base nos dados apresentados na tabela 1.5 constata-se que o mínimo que o Fundeb disponibiliza (R\$2.580,27) não chega à metade do custo estimado escola do assentamento (R\$5.299,14) em que foi realizado o estudo. Mesmo considerando-se que o valor do Fundeb para SP é maior, mesmo assim, o custo estimado da escola é 45% acima. Isso evidencia um possível desestímulo aos municípios em implantar escolas do campo, visto seu custo esta bem acima do valor propiciado pelo Fundeb. Em relação ao CAQi campo (R\$5.403,00) é interessante observar que o seu valor é muito próximo ao custo encontrado para a escola. Contudo, se formos levar em conta o desejo dos funcionários esse valor está bem aquém, mesmo os desejos salariais desses servidores não sendo muito elevados. Por último, para se ter uma educação de qualidade levando em consideração o ponto de vista dos professores, o investimento necessário significaria dobre o custo atual e triplicar o valor previsto no Fundeb.

Quando se discute a questão custos na tentativa de garantir uma educação de qualidade, fica evidente que uma escola do campo tem que ter um diferencial em relação às escolas urbanas muito maior que o previsto hoje no Fundeb. Os professores e funcionários deixaram claro que não estão contentes com os salários que recebem atualmente, que é preciso investimento nesta área. Os dados desta pesquisa revelam que, mesmo os salários sendo baixos, nesta escola do campo os custos ainda são altos para mantê-la.

A pesquisa reconhece que o principal componente do custo-aluno é o custo da equipe profissional. Para esta escola, os salários dos profissionais representam 81% do custo total.

Quando a questão é a melhoria da qualidade da educação, os professores e funcionários quase sempre reportam a melhores salários, mas isso não é o suficiente para dar total garantia à educação do campo de qualidade.

Para eles, além do salário não ser atraente, as condições de trabalho nesta escola também não tem sido positivas, devido a fatores como, a rotatividade dos professores e a contratação temporária.

A questão da rotatividade de professores impacta negativamente na qualidade da educação, pois força a contratação temporária de professores (GOUVEIA *et al.*, 2006). O professor efetivo não fica muito tempo nesta escola e sai quando depara com condições mais atrativas em outras escolas ou redes de ensino. A contratação temporária é uma medida de redução dos gastos do município, no entanto, pode prejudicar o desenvolvimento da educação de qualidade sempre que o trabalho coletivo é interrompido, uma vez que novos profissionais presentes na escola mudam a sua organização, dificultando a continuidade de projetos.

Reconhecimento e valorização profissional andam juntos com melhores condições salariais. Se o professor e funcionário possuem o devido reconhecimento pelo trabalho que exercem, isso refletirá na qualidade da educação e também na permanência e comprometimento destes nesta escola. Para os professores, principalmente, esse seria um grande passo rumo à conquista da educação de qualidade neste espaço.

³Para acompanhar os dados atuais do Fundeb: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/portarias/item/4013-portaria-interministerial-n%C2%BA-1-496,-de-28-de-dezembro-de-2012>

Para não concluir

Alcançar uma escola com educação de qualidade é um desafio permanente. Uma responsabilidade por parte dos governos, bem como da própria escola e dos principais atores nela envolvidos, como professores, pais e alunos.

Em virtude do caminho percorrido para se ter uma educação do campo de qualidade, visando à valorização dos sujeitos que vivem neste espaço, este estudo preocupou-se em entender o seu financiamento, pois permitiu entender os custos de uma escola do campo e analisar os impactos financeiros das demandas de qualidade de sua comunidade escolar.

Para os professores e funcionários a qualidade está diretamente ligada a valorização profissional, através de melhores salários, basicamente. Os professores pedem um aumento de 288% em relação ao que ganham atualmente, passando de R\$ 1.215,00 a R\$ 3.500,00 ao mês. Esse aumento faria com que os professores trabalhassem com dedicação exclusiva a esta escola, no entanto, com a mesma carga horária atual, que é de trinta horas semanais. O que eles indicam como aumento de remuneração aos funcionários é a quantia de R\$ 1.500,00, mantendo a mesma carga horária de quarenta horas semanais.

Já os demais funcionários pedem um aumento de 147%, passando de R\$ 678,00 para R\$ 1.000,00 ao mês, permanecendo a mesma carga horária semanal de quarenta horas, como se vê, um valor bem modesto. Ainda sob a ótica dos funcionários, R\$ 2.000,00 deveria ser o salário dos professores.

Os dados de custos da escola Vila dos Girassóis permitiram estimar o seu gasto real por aluno ao ano e, estabelecer qual seria o gasto ideal com base no aumento de salários que os professores e funcionários desejam receber.

Sem dúvida, o custo desta escola é acima do mínimo previsto pelo Fundeb (2013) para as escolas do campo (R\$2.580,27), ainda que se leve em consideração o Estado de São Paulo, em que o valor tende a ser um pouco maior (R\$3.635,45). Com relação ao CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial) previsto para as escolas do campo para o ano de 2013, a diferença é pequena, pois o valor que deveria ser repassado seria de R\$5.403,00, sendo que o custo real da escola para o mesmo ano ficou em R\$5.247,79, o que indica uma boa estimativa do CAQi visto que a escola pesquisada é, com certeza, um padrão básico de qualidade com um bom conjunto de insumos e infraestrutura, com exceção dos salários que são muito baixos.

No entanto, se levar em consideração, na definição do CAQi, os valores que os professores demandam para se ter uma educação do campo de qualidade, o valor mais que dobraria, atingindo o valor de R\$10.906,76 por aluno ao ano. Trata-se de um valor considerável e que pesaria muito aos cofres públicos municipais. Por isso a importância de se ampliar os valores do Fundeb.

O presente estudo reforça também a constatação de outros que apontam que o principal componente do custo-aluno é a remuneração da equipe profissional.

É evidente que melhores condições salariais refletem na melhoria da qualidade da educação. No entanto, é indispensável entender a responsabilidade que cada um tem em promovê-la.

Faz-se elementar, portanto, novos estudos e iniciativas na tentativa de aprofundar este estudo e buscar novos comparativos. Assim, será possível compreender melhor sobre o custo-aluno das escolas do campo e quais são os requisitos necessários para alcançar a educação de qualidade nestas instituições.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF : Senado, 1988.

_____. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Leis de Diretrizes e Bases da educação Brasileira (LDB)**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 15 set. 2012.

_____. Decreto nº 7.352/2010. **Política Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Brasília, DF, 2010.

Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em: 07 abr. 2014.

CARREIRA, D.; PINTO, J. M. R. **Custo aluno qualidade inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo direito à Educação, 2007.

GOUVEIA, A. B. et al. **Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno-ano**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Porto Alegre, v. 22, p. 253-276, jul./dez. 2006.

PINTO, J. M. R. **Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. Brasília: Plano, 2000.

Editor

Juca Gil - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Comitê Editorial

Andréa Barbosa Gouveia - Universidade Federal do Paraná, Brasil

Ângelo Ricardo de Souza - Universidade Federal do Paraná, Brasil

Rubens Barbosa de Camargo – Universidade de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Alejandro Morduchowicz
Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina

Fernanda Saforcada
Universidade de Buenos Aires, Argentina

Jacques Velloso
Universidade de Brasília, Brasil

João Monlevade
Senado Federal, Brasil

Jorge Abrahão de Castro
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil

José Marcelino de Rezende Pinto
Universidade de São Paulo, Brasil

Lisete Regina Gomes Arelaro
Universidade de São Paulo, Brasil

Luis Carlos Sales
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Luiz de Sousa Junior
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Luiz Fernandes Dourado
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Magna França
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Maria Beatriz Luce
Universidade Federal do Pampa, Brasil
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Marcos Edgar Bassi
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Maria Dilnéia Espíndola Fernandes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Nalú Farenzena
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Nelson Cardoso do Amaral
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Nicholas Davies
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Rosana Evangelista Cruz
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Rosana Gemaque
Universidade Federal do Pará, Brasil

Robert E. Verhine
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Romualdo Portela de Oliveira
Universidade de São Paulo, Brasil

Theresa Adrião
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Tristan McCowan
University of London, Reino Unido

Vera Jacob
Universidade Federal do Pará, Brasil

Vera Peroni
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vitor Henrique Paro
Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe editorial

Projeto gráfico e diagramação: Tiago Tavares

Revisão de português e normalização: Ana Tiele Antunes

Revisão de inglês: Ana Paula Ferreira

Fineduca – Revista de Financiamento da Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Faculdade de Educação

Av. Paulo Gama, s/n | sala 1004 | CEP: 90046-900 | Porto Alegre / RS

Telefone/Fax: (55) 51 3308-3103 | e-mail: revista.fineduca@gmail.com | site: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>